

Re

REGIS

la 03 - C

CA

DOS E

REGISTRO CIVIL - Estado do Paraná - Distrito de Curitiba - P. Zo

rosa - Oficial Vitalício do Registro Civil

la 1ª. Zona do Distrito de Curitiba

- João

da 1ª

à fls. 3

AQUI

a e cir

lo de

IA B

e tamb

orade

de Lim

or des

1ª. Via

O ref

Carlos

ificad

de óbito.

do para ser produzido por cópia legal e autêntica e ao qual me reporto

al em tudo achá-la conforme, subscrevo e assino em

ador, juntamente com o original. Da

A. Comarca de

Republ.ica Federativa do Brasil

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

3.811.388 7

NOME

JOSE CARLOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

AGENDR JOSE DE SOUZA

RAQUEL TOBIAS BUENO

DATA DE NASCIMENTO

10/05/1961

NATURALIDADE

PARANACITY/PR

CURRIBÁ - PARANÁ

09/11/1982

ARION NICZ RODA

DIRETOR DO I. I.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

472504379 68

NOME DO CONTRIBUINTE

José Carlos de Souza

VALIDO ATÉ 180 DIAS À CONTAR DA DATA DO CABIMBU DO AGENTE RECEPÇÃO

NASCIMENTO

10.05.61

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

10

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTINHA DE 10" X 14"

GRAFICA MUTO LTDA - RUA ABOLIÇÃO, 200 - CAMPINAS - SP - C.D.E. 46.988.554/0001-00 - ATO DECLARATÓRIO Nº 000/74

República Federativa do Brasil

CARTÓRIO DISTRITAL DE REGISTROS  
DIRETORIA DE REGISTROS CIVIL E TABELIGNATO

Ademir Baselli

Cartório de Registro Civil e Tabelionato  
CNPJ 08.040.000/0001

Centro - Fone (44) 237-1296 - Município de Florida - Comarca de

FC (CEDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO



João Carlos de Souza

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

BUENO, naturais do Estado de Santa Catarina, oriundos de casamentos também residem, sendo Avós paternos: João Bueno e Josefa Mendes. Foi declarante a registranda. Serviram de testemunhas: Maria. Observações: Lavrado de acordo com a lei federal 705, despacho do Dr. Juiz de Direito dos Registros Públicos da Via - Isenta de selos - Artigo 31, Decreto Federal nº 4857, referido é verdade e dou fé. Curitiba, 5 de janeiro de 1959. (João Pedrosa - Oficial do Registro Civil) - NOTA - No futuro deverá ser apresentado ao oficial do registro para p. (b)ito "NADA MAIS. Era o que continha em dito documento para ser produzido por cópia legal e autêntica e ao qual me e fielmente extraído a presente Pública Forma, que depois em tudo achei-a conforme o documento original.



República Federativa do Brasil

ISTRO

Centro

FO

OS EST

EGISTI

a - OI

1ª. Zona deste Distrito de Curitiba, Capital do Estado do Paraná

ção Carlos Pedrosa, Oficial do Registro Civil de Nascimentos e C

la 1ª. Zona de Curitiba, Estado do Paraná - NASCIMENTO N°

fls.

QU

e a

de

IA

tan

ora

le

or

1ª.

O

Car

ru

de obito.

NADA MAIS. Era o que continha em

ado para ser produzido por cópia legal e autêntica e ao qual me

tem e fielmente extraído a presente Pública Forma, que depois

qual em tudo achei-a conforme, subscrevo e assino em público

riador, juntamente com o original. Do que dou fé. Nesta cidade

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE  
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo  
nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

Valdete Rosa S. de Souza

VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA

S  
E  
R  
P  
R  
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/05/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Valdete Rosa S. de Souza

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MODELO FORMULÁRIO 1734



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA

Nº de Inscrição

023947369-84

Data do Nascimento

08/07/62



PÚBLICA

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - (Escudo da República) -

Pág. 96 - R

Carlos Pedro

o de Paz da

carimbo -

vão de Paz

FICO, que

ERESA R

ntos e trinta

inho, Estad

MARIA JUI

inho e on

esternos: Ig

e Osmario

e 1949; e por despacho do Dr. Juiz de Direito dos Registros Públicos da C

carimbo - 1ª Via - Isenta de selos - Artigo 31, Decreto Federal nº 4057 de

ro de 1939). O referido é verdade e dou fé. Curitiba, 5 de janeiro de 1959. (

ura - João Carlos Pedrosa - Oficial do Registro Civil) - NOTA - No

ento este certificado deverá ser apresentado ao oficial do registro para pro

la a certidão de óbito. " " NADA MAIS. Era o que continha em dita dec

foi apresentado para ser produzido por cópia legal e autêntica e ao qual me re

lo mesmo, bem e fielmente estrado a presente Pública Forma, que depois

original, a qual em tudo achei-a conforme, subscrevo e assino em públic

ndo-a ao portador, juntamente com o original. De quando em

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

7.625.763-9

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

16/11/1995

NOME

VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA

FILIAÇÃO

MANOEL JOSE DA SILVA

ANA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE

PARANAVAI/PR

DATA DE NASCIMENTO

08/07/1962

DOC. ORIGEM

COMARCA=COLORADO/PR, LOBATO

C.CAS 140, LIVRO=85, FOLHA=208

CPF

CURITIBA - PR

*João Carlos Pedrosa*  
JOÃO RICARDO KEPES NORONHA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10.023.530-7 DATA DE EMISSÃO 22/03/2004 M  
A  
I  
O  
R

NOME TERESA RAQUEL BUENO

FILIAÇÃO JOAO TOBIAS BUENO  
MARIA JULIA BUENO

NATURALIDADE EST. SANTA CATARINA DATA DE NASCIMENTO 6  
25/10/1935 5

DOC. ORIGEM COMARCA=CURITIBA/PR, 1 ZONA  
C. NASC 59, LIVRO=290, FOLHA=332

CPF 984.874.939-04  
CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR LUIZ FERNANDO W. ARTIGAS  
LEI N° 7.116 DE 29/06/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

**984.874.939-04**

Nome

TEREZA RAQUEL BUENO

Nascimento

25/10/1935



República Federativa do Brasil

CARTÓRIO MISTRIAL DE FLORES  
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO

Ademir Baselli

01 - Centro - Fone (44) 337-1309 - Município de Foz de Iguaçu - Paraná

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

*Fereza R. Bueno*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AMERICAN BANK NOTE CO.

ata e cinco), à (espaço inutilizado), do sexo feminino, do  
do de Santa Catarina, filha legítima de JOÃO TOBIAS  
LIA BUENO, naturais do Estado de Santa Catarina, onde  
de também residentes, sendo Avós paternos: João Bueno e  
ignorados. Foi declarante a registranda. Serviram de testem  
o de Lima. Observações: Lavrado de acordo com a lei feder  
por despacho do Dr. Juiz de Direito dos Registros Públi  
- 1ª. Via - Isenta de selos - Artigo 31, Decreto Federal  
9). O referido é verdade e dou fé. Curitiba, 5 de janeiro d  
Carlos Pedrona - Oficial do Registro Civil) - NOTA  
certificado deverá ser apresentado ao oficial do registro  
de oito. " " NADA MAIS. Era o que continha em  
estado para ser produzido por cópia legal e autêntica e x



Tarifa Social de Energia Elétrica Criada pela Lei No. 10.438, de 26/04/2002  
Responsável pela Iluminação Pública: Município (44) 32348700 RAMAL

Classificação:  
RESIDE/RESIDENCIAL BAIXA RENDA

Tipo de Fornecimento:  
MONOFASICO / 40A

VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA

R AMAZONAS, 405 - FDO5

CEP: 66730000  
Cidade: ASTORGA - PR  
CPF: 000.000.000-00



UNIDADE CONSUMIDORA

20352930

▲ CÓDIGO DEBITO AUTOMÁTICO ▲

CÓDIGO DO CLIENTE

PAGUE COM PIX

AS (16:26:4)

REF: MÊS / ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/2024

12/06/2024

R\$ 156,75



NOTA FISCAL Nº 99532970 - SERIE 3 / DATA EMISSÃO: 08/05/2024

Consulte Chave de Acesso em:  
<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>  
Chave de acesso:  
41240504368898000106660030995329702000474926  
Protocolo de Autorização: - as +00:00  
EMITIDA EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorização

DATAS  
DE LEITURAS

Leitura Anterior  
08/04/2024

Leitura Atual  
08/05/2024

N. Dias  
30

Proxima Leitura  
07/06/2024

Itens da Fatura	Unidade	Quantidade	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS / COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)
(01) CONSUMO	kWh	30	0,134333	4,03	0,17	0,76	0,103540
(02) CONSUMO	kWh	70	0,230857	16,16	0,67	3,07	0,177510
(03) CONSUMO	kWh	120	0,346500	41,58	1,73	7,90	0,266260
(04) CONSUMO	kWh	21	0,384761	8,08	0,34	1,53	0,295850
(05) USO SISTEMA	kWh	30	0,105000	3,15	0,13	0,60	0,080800
(06) USO SISTEMA	kWh	70	0,180000	12,60	0,52	2,39	0,138520
(07) USO SISTEMA	kWh	120	0,270333	32,44	1,35	6,16	0,207790
(08) USO SISTEMA	kWh	21	0,300000	6,30	0,26	1,20	0,230880
(09) SUBSÍDIO				22,30	0,95	4,35	
(10) SUBSÍDIO				17,88	0,74	3,40	
(11) SUBSÍDIO				31,34			
(12) CONT. ILUMIN.				22,57			
TOTAL				156,75			

Legenda: (01) ENERGIA ELET CONSUMO | (02) ENERGIA ELET CONSUMO | (03) ENERGIA ELET CONSUMO | (04) ENERGIA ELET CONSUMO | (05) ENERGIA ELET USO SISTEMA | (06) ENERGIA ELET USO SISTEMA | (07) ENERGIA ELET USO SISTEMA | (08) ENERGIA ELET USO SISTEMA | (09) SUBSÍDIO TARIFARIO TE | (10) SUBSÍDIO TARIFARIO TUSD | (11) SUBSÍDIO TARIFARIO LIQUIDO | (12) CONT. ILUMIN. PUBLICA MUNICIPIO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

R.

NOMES

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

VALDETE ROSA DA SILVA

CPF

SEM INFORMAÇÃO

CPF

SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA

085845 01 55 1980 2 00005 208 0000140 81

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS DE NASCIMENTO, NATURALIDADE, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES

JOSÉ CARLOS DE SOUZA, NASCIDO DEZ DE MAIO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E UM (10/05/1961), NA CIDADE DE PARANACITY, ESTADO DE PARANÁ, BRASILEIRO, FILHO DE AGENOR JOSÉ DE SOUZA E DE RAQUEL TOBIAS BUENO.  
VALDETE ROSA DA SILVA, NASCIDA EM OITO DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS (08/07/1962), NA CIDADE DE PARANAVAL, ESTADO DE PARANÁ, BRASILEIRA, FILHA DE MANOEL JOSÉ DA SILVA E DE ANA ROSA DA SILVA.

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DOZE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA

DIA

12

MÊS

12

ANO

1980

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

JOSÉ CARLOS DE SOUZA,  
VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER

NA MARGEM DO LIVRO SE VÊ A SEGUINTE AVERBAÇÃO: 1ª AVERBAÇÃO: EM CUMPRIMENTO DO PRESENTE MANDADO DE AVERBAÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL SOB Nº.000104/2001, EXPEDIDO PELO DR. JOSÉ FOGLIA JUNIOR, M.M. JUIZ DE DIREITO DESIGNADO DA CIDADE E COMARCA DE ASTORGA-PR, REQUERIDO PERANTE A ESTE JUÍZO POR JOSÉ CARLOS DE SOUZA E VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA PROCEDA AVERBAÇÃO POR SENTENÇA PELO MESMO JUÍZO DATADA DE 25/06/2002 QUE TRANSITOU EM JULGADO EM 12/08/2002 FOI REESTABELECIDO A SOCIEDADE CONJUGAL DOS REQUERENTES NOS TERMOS EM QUE FORA CONSTITUÍDA A SOCIEDADE CONJUGAL, CONFORME O DISPOSTO R.O. ART. Nº.46 DA LEI Nº.6.515 DE 26/12/77. LOBATO, 14 DE SETEMBRO DE 2018. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

SEM INFORMAÇÕES

Certifico que, em data de 17 de Setembro de 2018, foi materializada esta certidão enviada pela Central de Informações do Registro Civil, sendo a autenticidade de sua assinatura digital padrão ICP-Brasil por mim conferida.  
Certidão lavrada por Moises Martins Lopes - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Lobato, o(a) qual assinou eletronicamente aos 17 de Setembro de 2018, nos termos do Provimento nº 46/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais  
Lobato - PR

Moises Martins Lopes - Oficial  
Av. Presidente Vargas, 1234 - CEP: 86790000  
E-mail: cartorio\_lobato@hotmail.com  
Tel: (44)3249-1234

O Conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou Fé,

Ruth Aparecida Pinheiro Machado  
Astorga - 1º Ofício  
Ruth Aparecida Pinheiro Machado - Oficial  
Valor recebido pela certidão eletrônica: R\$ 0,00  
Valor recebido pela materialização: R\$ 39,50



FUNARPEN - SELO DIGITAL Nº

wmdXP.28hYo.fKCDM-p8bV9.ck5tq

Consulte selo em <http://funarpem.com.br>







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME: TERESA RAQUEL BUENO

MATRÍCULA: 079806 01 55 2017 4 00014 198 0004571 96

Sexo <b>Feminino</b>	Cor <b>Parda</b>	Estado civil e idade <b>Solteira, oitenta e um anos de idade</b>	Eleitor <b>Não</b>
Naturalidade <b>Lageadinho, Estado de Santa Catarina</b>		Documento de identificação <b>CIRG nº 10.023.530-7 SSP/PR</b>	

Filiação e residência

Filha de **JOÃO TOBIAS BUENO E MARIA JULIA BUENO**, residente e domiciliada na Rua Amazonas, nº 405, Vila Olívia, no Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná.

Data e hora do falecimento

**Dezenove de julho de dois mil e dezessete, às 15:30 h**

Dia <b>19</b>	Mês <b>07</b>	Ano <b>2017</b>
------------------	------------------	--------------------

Local de falecimento

**Domicílio, no Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná**

Causa da morte

**Desconhecida; fratura de fêmur**

Sepultamento/cremação

**Cemitério de Flórida, Estado do Paraná**

Declarante  
**VALDETE ROSA SILVA DE SOUZA**

Nome e nº de documento do médico que atestou o óbito

**Giovanna Brandolim de Oliveira, CRM 38209**

Data do registro

**20 de julho de 2017**

Observações/averbações

A falecida era diarista, nascida em vinte e cinco de outubro de um mil, novecentos e trinta e cinco (25/10/1935). Pelo(a) declarante foi-me dito que a falecida deixou bens a inventariar e não deixou testamento, sabendo que a mesma teve um (01) filho, a saber: Jose Carlos, maior. Apresentou-me a Declaração de Óbito nº 18989633-7, C.I.R.G. nº 10.023.530-7 SSP/PR, CPF/MF nº 984.874.939-04 e o Benefício do INSS nº 0756495278014340, Certidão de Nascimento nº59, fls. 332, Livro 290, Comarca de Curitiba - PR, 1 Zona.

Assento lavrado no Livro 00014; Folha 198; Termo 0004571

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
RUTH APARECIDA PINHEIRO MACHADO  
REGISTRADORA DESIGNADA  
MUNICÍPIO E COMARCA DE ASTORGA/PR  
RUA JOSÉ BONIFÁCIO, Nº 49  
FONE (44) 3234-6288/3234-6289  
CEP 86730-000

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Astorga, 20 de julho de 2017.

*Ruth Aparecida Pinheiro Machado*  
Bel. Ruth Aparecida Pinheiro Machado  
Registradora Designada

FUNARPEN  
SELO DIGITAL Nº  
4opQ9.MM7bF.sq2fL

Controle:  
4h8d0.OYtNC

Consulte esse selo em  
<http://funarpen.com.br>



**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB N° 992688-7**

18/02/2018

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convençionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na "Declaração de Analfabeto", que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO, designado MUNICÍPIO.**

2.1.2 BENEFICIÁRIO(A) e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;



b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **AGENTE FINANCEIRO**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

**3.1** Constituem objeto do presente:

**3.1.1** a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

**3.1.2** as condições e procedimentos para o repasse, pelo **AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pelo próprio **AGENTE FINANCEIRO**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.1** O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "g.1" a "g.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens "h.3" e "h.4" do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item "h.6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente sente item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "h.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pelo **AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "h.2", "h.4" e "h.6" desta cláusula sejam repassados, pelo **AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### **CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA**

O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente:

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "g.1" a "g.7" e "g.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "h.3 e h.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente do **AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO**

**6.1** A composição do investimento, evidenciada na alínea "g" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO**

O valor total de investimento, descrito na alínea "h.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pelo **AGENTE FINANCEIRO**, acrescido da subvenção federal.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "c" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global, a preço fechado** descrito no item "g.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pelo **AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, ao **AGENTE FINANCEIRO**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada ao **AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.



- VI. Apresentar quando exigido pelo **AGENTE FINANCEIRO** as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério do **AGENTE FINANCEIRO**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pelo **AGENTE FINANCEIRO**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando o **AGENTE FINANCEIRO** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso o **AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que o **AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - O **AGENTE FINANCEIRO** não poderá ser responsabilizado por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pelo **AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.

§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante (anexo 2), somente será repassada à construtora, pelo **AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE FINANCEIRO**

O **AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "h.2", "h.4" e "h.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento e mediante solicitação do **MUNICÍPIO**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.
- IV. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- V. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- VI. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- VII. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- VIII. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;
- IX. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- X. Para cumprimento de suas atribuições, o **AGENTE FINANCEIRO** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;
- XI. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;



- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "h.3" e "h.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que o **AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbacão, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.
- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUATORZE– DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;

d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "c" do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia o **AGENTE FINANCEIRO** seu procurador, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para o **AGENTE FINANCEIRO**.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;
- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação;
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas "1.2", "1.4" e "1.6" do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada



mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** se compromete a fiscalizar a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanhar todas as medições das obras realizadas e manifestando por escrito, a cada pedido de repasse de recursos ao **AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo "Termo de Recebimento da Unidade Habitacional", devidamente assinado pelo beneficiário e pelo **MUNICÍPIO**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalonamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, o **AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, a ser elaborado após a correção da irregularidade e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo o **AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação ao **AGENTE FINANCEIRO**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA.

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DISPOSIÇÕES GERAIS**

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea "h7" do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres do **AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.



**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **AGENTE FINANCEIRO - Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00;

b) **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 75.772.400/0001-14, sediado na Rua São Pedro, 443 - CEP 86780-000, neste ato representado pela sua Prefeita, Sra. Maria Aparecida Pirani Leoni, portador da cédula de identidade RG nº 1.025.363/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 991.509.309-82.

c) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – SOUZA & SOUZA – CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.114.101/0001-81 com sede na Rua Major Claro Américo Guimarães, nº 303, Jardim Social – Curitiba/PR – CEP 82.520-260, representada na forma de seu Sócio, Sr. Mauro José Rodrigues, portador da cédula de identidade nº 1.577.483 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 278.676.179-49.

d) **BENEFICIÁRIO(A)** – Teresa Raquel Bueno, solteira, portador(a) do documento de identificação RG nº 10.023.530-7 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 984.874.939-04.

e) **IMÓVEL OBJETO DESTES INSTRUMENTOS** – Unidade Habitacional (empreendimento) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “d” deste anexo.

f) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL:** 12 Meses

g) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

h) **CONTRAPARTIDA**

g1. Terreno	R\$ 500,00	g6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	h1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
g2. Projeto	R\$ 0,00			h2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
g3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	g7. Infraestrutura	R\$ 200,00	h3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
g4. Terraplanagem	R\$ 100,00	g8. Edificação	R\$ 30.000,00	h4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
g5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00	g9. Trabalho Social	R\$ 100,00	h5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				h6. Subvenção	R\$ 25.000,00
g10. Composição do Investimento (g1+g2+...+g9)			R\$ 31.000,00	h7. Valor Investimento Total (h5+h6)	R\$ 31.000,00

i) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia o **AGENTE FINANCEIRO** seu procurador, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para o **AGENTE FINANCEIRO**.

j) **DO FORO:** Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.



**TESTEMUNHA 1**  
NOME:  
CPF:

**TESTEMUNHA 2**  
NOME:  
CPF:

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO DA OBRA**

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 4(quatro) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Flórida,


de

de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE


**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da **COHAPAR**

  
**MARIA APARECIDA PIRANI LEONI**  
Prefeita Municipal de FLÓRIDA

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

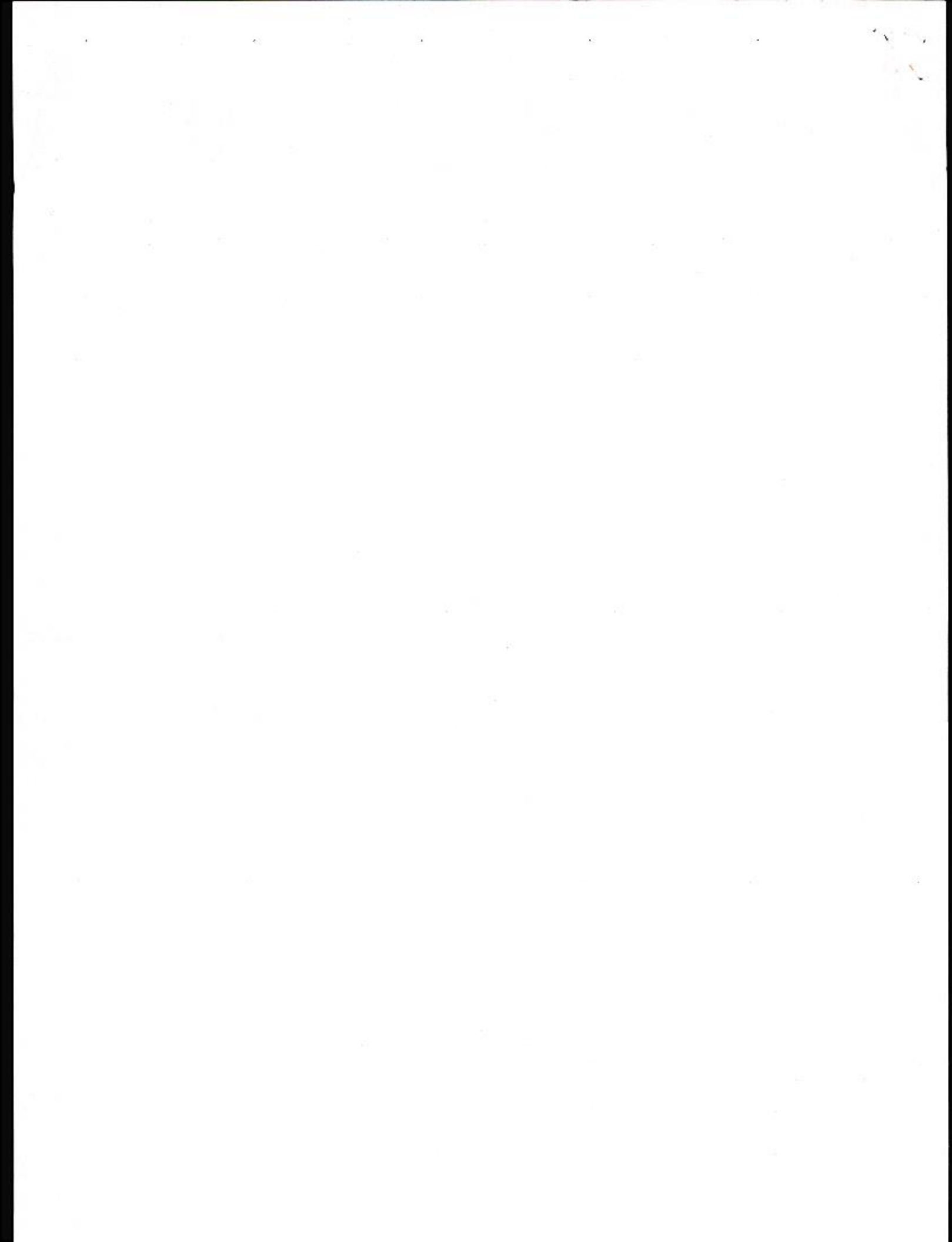
  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - **COHAPAR**

  
**MAURO JOSÉ RODRIGUES**  
Sócio - **SOUZA & SOUZA – CONSTRUÇÃO  
CIVIL LTDA – ME**

x   
**TERESA RAQUEL BUENO**  
Beneficiário(a)





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

### DECLARANTE:

NOME: JOSÉ CARLOS DE SOUZA	<i>José Carlos de Souza</i>
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	
ESTADO CIVIL: CASADO	
PROFISSÃO: LAVRADOR	
RG: 3811388-7 SESP/PR	CPF: 472.504.379-68
ENDEREÇO: RUA AMAZONAS, 405, FUNDOS, EM ASTORGA/PR	
TELEFONE: (44) 98821-9305	

**DECLARO**, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que minha renda familiar é de até 05 (cinco) salários mínimos, conforme art. 1º do Provimento 02/2022 do Moradia Legal e que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, Lei nº 1.060/1950 (Estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados) e art. 98 e seguintes da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Flórida – PR, 13 de junho de 2024

*José Carlos de Souza*

DECLARANTE

JOSÉ CARLOS DE SOUZA



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

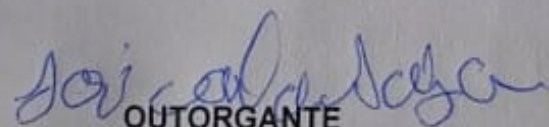
### OUTORGANTE:

NOME: JOSÉ CARLOS DE SOUZA	CPF: 472.504.379-68
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	
ESTADO CIVIL: CASADO	
PROFISSÃO: LAVRADOR	
RG: 3811388-7 SESP/PR	
ENDEREÇO: RUA AMAZONAS, 405, FUNDOS, EM ASTORGA/PR	
TELEFONE: (44) 98821-9305	

**OUTORGADOS:** ADRIELLY COSTA regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná sob o nº 53.957 e CARLOS EDUARDO VALENTIN WARKEN, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná sob o nº 122.617.

**PODERES:** Concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato para o foro em geral, com cláusula "Ad Judicia", atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, valendo-se de recursos legais, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes ainda os especiais poderes para receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber valores e/ou levantar Requisição de Pequeno Valor e/ou Alvarás, dar quitação, firmar compromisso, pedir gratuidade da justiça, solicitar documentos e/ou cópias, solicitar cópia e acompanhar processos administrativos em qualquer repartição pública, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para o especial fim de promover a regularização do(s) imóvel(eis) em nome do outorgante, através do Programa Moradia Legal.

Flórida – PR. 13 de Junho de 2024



OUTORGANTE

JOSÉ CARLOS DE SOUZA